

2019 RELATÓRIO DE ATIVIDADES

1º Trimestre



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO - RS

C O M P O S I Ç Ã O

Conselheiro IRADIR PIETROSKI

Presidente

Conselheiro ESTILAC MARTINS RODRIGUES XAVIER

1º Vice-Presidente

Conselheiro CEZAR MIOLA

2º Vice-Presidente

Conselheiro ALEXANDRE POSTAL

Presidente da 1ª Câmara

Conselheiro ALGIR LORENZON

Presidente da 2ª Câmara

Conselheiro MARCO ANTONIO LOPES PEIXOTO

Corregedor-Geral

Conselheiro PEDRO HENRIQUE POLI DE FIGUEIREDO

Ouvidor

GERALDO COSTA DA CAMINO

Procurador do Ministério Público de Contas do Estado do Rio Grande do Sul

DANIELA WENDT TONIAZZO

ÂNGELO GRABIN BORGHETTI

FERNANDA ISMAEL

Adjuntos de Procurador

HELOISA TRIPOLI GOULART PICCININI

ALEXANDRE MARIOTTI

RENATO LUÍS BORDIN DE AZEREDO

DANIELA ZAGO GONÇALVES DA CUNDA

ANA CRISTINA MORAES WARPECHOWSKI

LETÍCIA AYRES RAMOS

ROBERTO DEBACCO LOUREIRO

Conselheiros Substitutos

TATIANA ZAMBIASI OLSSON

Chefe de Gabinete da Presidência

SANDRO CORREIA DE BORBA

Diretor-Geral

CLAUDIO ROBERTO KOSKODAN DAS CHAGAS

Diretor de Controle e Fiscalização

JOSÉ ALAOR SILVEIRA

Diretor Administrativo



S U M Á R I O

1 – Considerações Iniciais

2 – Presidência

2.1 - Audiências concedidas pelo Presidente

2.2 - Reuniões Administrativas, Técnicas e Eventos

2.3 - Escola Superior de Gestão e Controle Francisco Juruena

3 – Atividades do Tribunal Pleno e das Câmaras

3.1 - Processos relatados no Tribunal Pleno e nas Câmaras

4 – Conselheiros Substitutos

5 – Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul

6 – Corregedoria-Geral

7 – Ouvidoria

8 – Direção-Geral

8.1 - Gabinete

8.2 - Consultoria Técnica

9 – Direção Administrativa

9.1 - Assessoria Administrativa

10 – Atividades de Controle Externo

Direção de Controle e Fiscalização

10.1 - Assessoria Técnica

10.2 - Centro de Gestão Estratégica de Informação para o Controle Externo

10.3 - Supervisão de Admissões, Pensões e Inativações - SAPI

10.4 - Supervisão de Auditoria e Instrução de Contas Estaduais - SAICE

10.5 - Supervisão de Instrução de Contas Municipais - SICM

10.6 - Supervisão de Auditoria Municipal - SAM

10.7 - Supervisão de Serviços Processuais – SSP



RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO 1º TRIMESTRE DE 2019

1 – Considerações Iniciais

Tenho a honra de apresentar a este egrégio Plenário o Relatório de Atividades do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, relativo ao 1º trimestre do exercício de 2019, peça a ser encaminhada à Assembleia Legislativa, e que foi elaborada em cumprimento ao disposto no parágrafo 4º do artigo 71 da Constituição Federal; no artigo 72 da Carta Magna Estadual; e no artigo 27, inciso XIII, da Lei Estadual nº 11.424, de 06 de janeiro de 2000 - Lei Orgânica do TCE-RS, combinado com o artigo 17, inciso XXIII, do Regimento Interno, diploma aprovado pela Resolução nº 1.028/2015.

Seguindo as diretrizes traçadas pela Presidência da Casa, os resultados do 1º trimestre de 2019 estão retratados no presente Relatório de Atividades.

2 – Presidência

2.1 – Audiências concedidas pelo Presidente

No decorrer do trimestre, o Senhor Conselheiro-Presidente concedeu 33 audiências a diversas autoridades das esferas federal, estadual e municipal, conforme segue:

Audiências	Número
Deputados Federais e Estaduais, Secretários de Estado e Autoridades Estaduais	18
Prefeitos e ex-Prefeitos Municipais	5
Presidentes e ex-Presidentes de Câmaras, Vereadores e Autoridades Municipais	5
Outros	5
Total	33

2.2 – Reuniões Técnicas

A Presidência promoveu quatro encontros de trabalho administrativo com os Senhores Conselheiros, Conselheiros Substitutos e com o Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.



Foram realizadas, também, seis reuniões técnicas com a Coordenação-Geral, integrada pelos Senhores Diretores, Chefe de Gabinete e Assessor Jurídico da Presidência, visando ao debate de questões operacionais e administrativas do Tribunal de Contas.

2.3 – Escola Superior de Gestão e Controle Francisco Juruena

A Escola Superior de Gestão e Controle Francisco Juruena, órgão de educação corporativa do Tribunal de Contas do Estado, no exercício das atribuições definidas pela Lei Estadual nº 11.935, de 24 de junho de 2003, desenvolveu as seguintes ações de educação no trimestre:

Quantidade	Ações de Educação - Público Interno	Participações
30	Técnicos e Estagiários	331
Quantidade	Ações de Educação - Público Externo	Participações
13	Jurisdicionados	469
06	Sociedade	33
02	Ações de Cooperação	50
21	Subtotal	552
51	Total	883
Cursos Livres à Distância oferecidos de forma permanente	Cursos de livre acesso – Públicos Interno e Externo	Pessoas que acessaram os Cursos
--	Técnicos, Jurisdicionados e Sociedade	--

Fonte: Sistemas Corporativos, módulo GRH0036, e Moodle do TCERS.

3 – Atividades do Tribunal Pleno e das Câmaras

Compete à Secretaria das Sessões acompanhar as atividades do Tribunal Pleno e das Câmaras do Tribunal. A partir de seu relatório estatístico, extrai-se a síntese do trabalho desenvolvido no trimestre:



Órgão	Sessões	Tipo de Sessão	Processos
1ª Câmara	09	Ordinária	211
2ª Câmara	09	Ordinária	239
1ª Câmara Especial	05	Ordinária	97
2ª Câmara Especial	04	Ordinária	65
Câmaras Especiais Reunidas	--		
Tribunal Pleno	09	Ordinária	182
	04	Administrativa	11
		Sessão Especial/Extraordinária	
TOTAL DE PROCESSOS APRECIADOS			805
Suspensões de julgamento e solicitações de vista			59
TOTAL DE PROCESSOS JULGADOS			746
PARECERES EMITIDOS			
Parecer Favorável			94
Parecer Favorável (Reversão de Parecer Desfavorável)			03
Parecer Desfavorável (Reversão de Parecer Favorável)			--
Parecer Desfavorável			--
Parecer Favorável/Desfavorável (Ordenadores distintos)			05
JULGAMENTO DE PROCESSOS DE CONTAS DE GESTÃO			
Julgamento pela Regularidade de Contas			119
Julgamento pela Regularidade de Contas, com ressalvas			142
Julgamento pela Irregularidade de Contas			09

Fonte: Sistemas Corporativos, módulos DEC1050 e DEC1115.

3.1 – Processos Relatados no Tribunal Pleno e nas Câmaras

Os quadros a seguir contêm dados estatísticos sobre os processos relatados pelos Senhores Conselheiros e Conselheiros Substitutos, no decorrer do trimestre.



PROCESSOS RELATADOS NO TRIBUNAL PLENO															
TIPO DE PROCESSO	CONSELHEIROS							CONSELHEIROS SUBSTITUTOS							TOTAL
TRIBUNAL PLENO	AL	CM	MP	IP	AP	EX	PF	HP	AM	RA	DZ	AW	LR	RL	
Administrativo	--	--	1	1	--	6	--	--	--	--	--	--	--	--	8
Agravo	--	--	--	--	--	--	1	--	--	--	--	--	--	--	1
Análise da evolução patrimonial de agente público	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Auditoria de admissão	--	1	1	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	2
Auditoria de atos derivados de pessoal	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Auditoria operacional	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Consulta	--	--	--	--	--	1	--	--	--	--	--	1	--	--	2
Embargos de declaração	1	--	1	--	4	--	2	--	1	1	--	--	--	--	10
Apreciação de atos de inativação, reforma e pensão	--	--	--	--	--	--	1	--	--	--	--	--	--	--	1
Complementação de Proventos	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Infração administrativa	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Inspeção especial	--	--	--	--	--	1	--	--	--	--	--	--	--	--	1
Inspeção extraordinária	--	--	--	--	--	1	1	--	--	--	--	--	--	--	2
Matéria administrativa	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
MPC – Representação	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Pedido de orientação técnica	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Pedido de revisão	--	1	--	--	2	3	6	--	--	--	--	--	--	--	12
Prestação de contas	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Prestação de contas – gestão fiscal	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Processo de contas	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Processo de contas de governo	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Processo de contas de gestão	1	1	--	--	1	--	2	--	--	--	--	--	--	1	6
Proposta de súmula	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Recurso de embargos	26	11	5	--	19	12	17	--	1	3	--	1	9	--	104
Recurso de reconsideração	2	--	1	--	5	2	1	--	--	1	--	--	--	--	12
Solicitação de vista	1	2	--	--	4	7	6	1	--	2	--	--	--	--	23
Suspensão de julgamento	1	--	2	--	1	--	1	--	--	1	1	1	--	--	8
Tomada de contas	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Tomada de contas especial	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Uniformização de jurisprudência	--	--	--	--	--	--	--	--	1	--	--	--	--	--	1
Denúncia	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
TOTAL TRIBUNAL PLENO	32	16	11	1	36	33	38	1	3	8	1	3	9	1	193



Fonte: Sistemas Corporativos, módulo DEC1050.

PROCESSOS RELATADOS NAS CÂMARAS															
TIPO DE PROCESSO	CONSELHEIROS							CONSELHEIROS SUBSTITUTOS							TOTAL
1ª CÂMARA	AL	CM	MP	IP	AP	EX	PF	HP	AM	RA	DZ	AW	LR	RL	
Apreciação de Atos de Inativação, Reforma e Pensão	--	--	--	--	22	1	15	--	--	--	--	--	--	--	38
Admissão	--	--	--	--	28	--	19	--	--	--	--	--	--	--	47
Prestação de Contas de Gestão Fiscal	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Prestação de Contas	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Agravo	--	--	--	--	3	1	1	--	1	--	--	--	--	--	6
Infração Administrativa	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Inspeção Especial	--	--	--	--	1	--	1	--	--	--	--	--	--	--	2
Inspeção Extraordinária	--	--	--	--	1	--	--	--	--	--	--	--	--	--	1
Tomada de Contas Especial	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Atos Derivados de Pessoal	--	--	--	--	5	3	2	--	--	--	--	--	--	--	10
Auditoria Operacional	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Embargos de Declaração	--	--	--	--	1	--	1	--	--	--	--	--	--	--	2
Retificação de Certidão	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Processo de Contas	--	--	--	--	--	--	1	--	--	--	--	--	--	--	1
Processo de Contas de Governo	--	--	--	--	16	14	16	--	--	--	--	--	--	--	46
Processo de Contas de Gestão	--	--	--	--	10	10	15	--	1	--	--	--	--	--	36
Representação do MPC	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Denúncia	--	--	--	--	2	4	2	--	--	--	--	--	--	--	8
Transferência para a Reserva	--	--	--	--	1	--	1	--	--	--	--	--	--	--	2
Solicitação de Vista	--	--	--	--	1	4	1	--	--	--	--	1	--	--	7
Suspensão de Julgamento	--	--	--	--	--	5	--	--	--	--	--	--	--	--	5
TOTAL 1ª CÂMARA	--	--	--	--	91	42	75	--	2	--	--	1	--	--	211

Fonte: Sistemas Corporativos, módulo DEC1050.



TIPO DE PROCESSO	CONSELHEIROS							CONSELHEIROS SUBSTITUTOS							TOTAL
	AL	CM	MP	IP	AP	EX	PF	HP	AM	RA	DZ	AW	LR	RL	
2ª CÂMARA															
Apreciação de Atos de Inativação, Reforma e Pensão	18	14	8	--	--	--	--	--	--	--	--	--	4	--	44
Admissão	13	16	12	--	--	--	--	--	--	--	--	2	2	--	45
Auditoria Ordinária	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Prestação de Contas de Gestão Fiscal	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Prestação de Contas	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Agravo	1	2	2	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	5
Embargos de Declaração	--	2	1	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	3
Infração Administrativa	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Medida Cautelar	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Atos Derivados de Pessoal	--	3	1	--	--	--	--	1	--	--	--	--	--	--	5
Inspeção Especial	--	5	3	--	--	--	--	--	--	--	--	--	2	--	10
Inspeção Extraordinária	1	--	2	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	3
Processo de Contas	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Processo de Contas de Governo	14	12	25	--	--	--	--	--	--	--	--	--	4	--	55
Processo de Contas de Gestão	21	21	9	--	--	--	--	--	--	--	--	--	2	--	53
Retificação de Certidão	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Tomada de Contas	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Tomada de Contas Especial	1	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	1
Representação	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Representação do MPC	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Transferência para a Reserva	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Revisão de Proventos	1	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	1
Denúncia	2	--	1	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	3
Solicitação de Vista	2	4	2	--	--	--	--	--	--	1	--	--	--	1	10
Suspensão de Julgamento	1	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	1
TOTAL 2ª CÂMARA	75	79	66	--	--	--	--	1	--	1	--	2	14	1	239

Fonte: Sistemas Corporativos, módulo DEC1050.



PROCESSOS RELATADOS NAS CÂMARAS ESPECIAIS															
TIPO DE PROCESSO	CONSELHEIROS							CONSELHEIROS SUBSTITUTOS							TOTAL
	AL	CM	MP	IP	AP	EX	PF	HP	AM	RA	DZ	AW	LR	RL	
1ª CÂMARA ESPECIAL															
Apreciação de Atos de Inativação, Reforma e Pensão	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Admissão	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	1	1
Processo de Contas	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Agravo	--	--	--	--	--	--	--	1	--	--	--	--	--	--	1
Processo de Contas de Gestão	--	--	--	--	--	--	--	33	--	--	--	--	23	30	86
Denúncia	--	--	--	--	--	--	--	1	--	--	--	--	1	--	2
Inspeção Especial	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	1	--	1
Inspeção Extraordinária	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	1	--	1
Tomada de Contas	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Tomada de Contas Especial	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Representação do MPC	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Infração Administrativa	--	--	--	--	--	--	--	1	--	--	--	--	--	--	1
Embargos de Declaração	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Solicitação de Vista	--	--	--	--	--	--	--	1	--	--	--	--	--	2	3
Suspensão de Julgamento	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	1	--	1
TOTAL 1ª CÂMARA ESPECIAL	--	--	--	--	--	--	--	37	--	--	--	--	27	33	97
2ª CÂMARA ESPECIAL															
Apreciação de Atos de Inativação, Reforma e Pensão	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Processo de Contas	--	--	--	--	--	--	--	--	--	1	--	--	--	--	1
Processo de Contas de Gestão	--	--	--	--	--	--	--	--	9	--	24	26	--	--	59
Denúncia	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Auditoria de Admissão	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Embargos de Declaração	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Tomada de Contas Especial	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Tomada de Contas	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Agravo	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Infração Administrativa	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	1	--	--	--	1
Inspeção Especial	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	1	--	--	1
Inspeção Extraordinária	--	--	--	--	--	--	--	--	--	1	--	1	--	--	2
Representação do MPC	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Solicitação de Vista	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Suspensão de Julgamento	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	1	--	--	--	1
TOTAL 2ª CÂMARA ESPECIAL	--	--	--	--	--	--	--	--	9	2	26	28	--	--	65

Fonte: Sistemas Corporativos, módulo DEC1050.



Conselheiros: AL. Algir Lorenzon CM. Cezar Miola MP. Marco Antonio Lopes Peixoto IP. Iradir Pietroski AP. Alexandre Postal EX. Estilac Martins Rodrigues Xavier PF. Pedro Henrique Poli de Figueiredo	Conselheiros Substitutos: HP. Heloisa Tripoli Goulart Piccinini AM. Alexandre Mariotti RA. Renato Luís Bordin de Azeredo DZ. Daniela Zago Gonçalves de Cunda AW. Ana Cristina Warpechowski LR. Letícia Ayres Ramos RL. Roberto Debacco Loureiro
---	---

4 – Conselheiros Substitutos

Os Conselheiros Substitutos, no exercício de suas competências, desenvolveram as seguintes atividades no trimestre:

Participações nas Sessões	
Tribunal Pleno	52
1ª Câmara	11
2ª Câmara	18
Primeira Câmara Especial	15
Segunda Câmara Especial	13

Fonte: X:\AudSubst\SEC\priv\Controles\Relatorios\Mensais\2019.

Substituições a Conselheiros nos Gabinetes		
Conselheiro Substituto	Conselheiro	Período
Alexandre Mariotti	Pedro Figueiredo	19 e 20-03
Ana Cristina Moraes Warpechowski	Marco Peixoto	26 a 30-03
Daniela Zago Gonçalves da Cunda	Cezar Miola	18-02
	Marco Peixoto	25 e 26-02
Heloisa Tripoli Goulart Piccinini	Marco Peixoto	04 e 05-02
	Cezar Miola	25 e 26-02
	Pedro Figueiredo	26-03
Letícia Ayres Ramos	Cezar Miola	31-01 e 1º a 13-02
	Algir Lorenzon	13 a 15-03
Renato Luís Bordin de Azeredo	Marco Peixoto	06 a 08-02
	Pedro Figueiredo	25-02
	Cezar Miola	21 e 22-03
Roberto Debacco Loureiro	Algir Lorenzon	06 e 07-02
	Cezar Miola	21-02 e 28-03

Fonte: X:\AudSubst\SEC\priv\Controles\Relatorios\Mensais\2019.



5 – Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado, no exercício de suas competências, desenvolveu as seguintes atividades no trimestre:

PROCURADOR E ADJUNTOS DE PROCURADOR	
Participação nas Sessões do Tribunal Pleno e Câmaras	
Tribunal Pleno	
Ordinárias	9
Extraordinárias/Especiais	--
Câmaras	18
Participação nas Sessões Administrativas	5

Atividade processual	
Pareceres emitidos	3.891
Promoções exaradas	122
Representações encaminhadas à Presidência	3
Encaminhamento de matéria ao TCE	20
Recursos interpostos pelo MPC	--
Informações Técnicas	21
Total	4.057

6 – Corregedoria-Geral

A Corregedoria-Geral, responsável pela correição permanente dos serviços técnicos e administrativos do Tribunal de Contas, nos termos do artigo 20 do RITCE, no decorrer do período, elaborou o *Plano Anual de Correições Ordinárias – 2019*, emitiu o *Relatório Preliminar* referente à correição realizada junto à Supervisão de Admissões, Pensões e Inativações – SAPI (COR N° 04/2018). Emitiu os relatórios gerenciais referentes ao último bimestre de 2017 e ao primeiro de 2018, encaminhados aos Gabinetes de Conselheiros e Conselheiros Substitutos, discriminando, respectivamente, as suas cargas de processos. Analisaram-se, ainda, no período, DOCs encaminhados à ACG, acerca de temáticas pertinentes às suas competências, bem como se expediram certidões referentes à submissão de servidores do TCE a processos de



sindicância ou administrativos disciplinares.

O quadro abaixo demonstra o acervo de processos registrado junto aos Gabinetes e supervisões técnicas no primeiro e último dia do trimestre compreendido entre 1º de janeiro a 31 de março de 2019:

ESTOQUE DE PROCESSOS	01/jan	31/mar
Gabinete da Presidência *	354	364
Gabinete do Conselheiro Alexandre Postal	89	84
Gabinete do Conselheiro Algir Lorenzon	242	245
Gabinete do Conselheiro Cezar Miola	111	154
Gabinete do Conselheiro Estilac Xavier	148	163
Gabinete do Conselheiro Marco Peixoto	63	99
Gabinete do Conselheiro Pedro Figueiredo	147	157
Gabinete do Conselheiro Substituto Alexandre Mariotti	3	16
Gabinete da Conselheira Substituta Ana Warpechowski	38	30
Gabinete da Conselheira Substituta Daniela Zago	21	22
Gabinete da Conselheira Substituta Heloisa Piccinini	21	16
Gabinete da Conselheira Substituta Letícia Ramos	27	24
Gabinete do Conselheiro Substituto Renato Azeredo	27	7
Gabinete do Conselheiro Substituto Roberto Debacco Loureiro	5	12
Supervisão de Admissões, Pensões e Inativações – SAPI	18.766	18.690
Supervisão de Auditoria e Instrução de Contas Estaduais – SAICE	240	290
Supervisão de Auditoria Municipal – SAM	1.476	1.996
Supervisão de Instrução de Contas Municipais – SICM	1.576	1.999
Supervisão de Serviços Processuais - SSP	15.283	17.429
Secretaria das Sessões - SS	259	209
TOTAL	38.896	42.006

Fonte: CIP0085 (Seleção por Supervisão).

Nota: (*) inclui ações judiciais, mandados de segurança, processos administrativos, dentre outros.

(*) SSP: calculado mediante exclusão do SEARQ (com exceção aos processos nas situações sobrestado e remetidos à origem).



7 – Ouvidoria

A Ouvidoria recebeu **1.253** demandas no 1º trimestre de 2019. Desse total, **85,79 %** já foram **concluídas**, totalizando **1.075** demandas, conforme distribuição no quadro abaixo:

Situação	Número
Reclamação	46
Sugestão	05
Elogio	01
Denúncia	1.201
Total de Demandas registradas	1.253
Arquivada pela Ouvidoria (criticidade e/ou relevância)	845
Arquivada - Respondida pela UCCI	59
Arquivada - Apontada em Relatório de Auditoria	03
Arquivada – Não apontada em Relatório de Auditoria	34
Arquivada - Faltaram informações complementares	00
Arquivada - Matéria já cadastrada	10
Arquivada - Não confirmada pela UCCI	74
Arquivada – Instaurada Inspeção	06
Arquivada - Falha sanada pelo administrador	36
Arquivado- incluído em item a auditar	01
Arquivado-DOC não aproveitado	03
Arquivada – Matéria prejudicada – incompleta	02
Arquivada – Não é competência do TCE	01
Arquivada – Acautelatória Deferida	01
Total de Demandas Concluídas	1.075

Fonte: Sistemas Corporativos, módulo DOC0014 e DOC 0099 – em 02/04/2019.

O Portal TCE-RS foi o meio mais utilizado para encaminhamento das denúncias, com 85,47 % do total. As denúncias que se referem à área de pessoal (41,15 %) e licitações (12,10 %) foram os temas que concentraram a maior frequência nesse primeiro trimestre. Em face da alteração da sistemática de registro das demandas e da adaptação do sistema de TI, efetuadas em 1º/06/2018, houve registro de apenas seis avaliações dos usuários nesse trimestre, representando 66,67 % na conceituação ótima.



8 – Direção-Geral

8.1 – Gabinete

Na Direção-Geral, no trimestre em consideração, foram articulados com a Presidência, a Coordenação-Geral e todas as áreas responsáveis pelos projetos estratégicos, o desenvolvimento e acompanhamento do Planejamento Estratégico 2018-2022 por meio da realização de reuniões de trabalho e análise de ações que visem à melhoria da efetividade da atuação do Tribunal de Contas.

Além disso, tramitam os processos relativos aos termos de cooperação e ajustes análogos celebrados pelo Tribunal de Contas do Estado com instituições públicas e privadas, os quais alcançaram o número de cinco expedientes no trimestre, sendo dois termos de cooperação e três aditivos a termos de cooperação.

No decorrer do trimestre, o Senhor Diretor-Geral concedeu 15 audiências e reuniões a diversas autoridades das esferas federal, estadual e municipal, bem como dirigentes do TCE-RS.

8.2 – Assessoria da Direção-Geral

Compete à Assessoria da Direção-Geral, dentre outras atribuições, a elaboração de minutas de projetos de instrução normativa, projetos de resolução e projetos de lei. No trimestre, foram preparadas quatro minutas de instruções normativas, bem como participou-se de diversos grupos de trabalho e comissões constituídas no âmbito do Tribunal, dentre elas as que tratam dos projetos estratégicos “Implantação da Matriz de Responsabilização no TCE” e “Repriorização das Ações da DCF”.

No período, a Assessoria da Direção-Geral manteve, também, a interlocução com órgãos e entidades no âmbito de convênios e acordos de cooperação, bem como a representação do TCE-RS na Comissão Central do Marco de Medição do Desempenho dos Tribunais de Contas (MMD-TC), projeto da Atricon 2018-2019.



8.3 – Lei de Acesso à Informação

Compete ao Diretor-Geral, em primeira instância, analisar e deferir pedidos feitos com base na Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527, de 18/11/2011). Nesse sentido, vale registrar que as normativas que regulamentam a matéria no âmbito interno são as Resoluções nº 1.016, de 15/09/2014, e 1.046, de 05/08/2015, bem como a Instrução Normativa nº 10, de 01/12/2017.

Durante o trimestre foram desenvolvidas as seguintes atividades relativas ao atendimento de pedidos formulados com base na Lei Federal nº 12.527, de 18/11/2011:

TOTAL DE PEDIDOS RECEBIDOS COM BASE NA LAI	
Número de pedidos recebidos*	58
Pedidos em que o acesso foi deferido	50
Pedidos em que o acesso foi parcialmente deferido	02
Pedidos em que o acesso foi indeferido	05
Pedidos em que houve desistência do solicitante	--
Em análise	--
Aguardando informações complementares	--
Número de recursos recebidos.	01

*O dado inclui a interposição de 01 recurso.

Fonte: Portal do TCE-RS (www.tce.rs.gov.br). Transparência e Acesso à informação > Números da LAI.

TIPOS DE INFORMAÇÕES SOLICITADAS	
Consultas	--
Dados de jurisdicionados	12
Dados disponíveis em outros órgãos	01
Dados internos	15
Dados sobre denúncias	03
Processos de fiscalização	22
Concursos do TCE/RS	03
Concursos de jurisdicionados	--
Outros	04

Fonte: Portal do TCE-RS (www.tce.rs.gov.br). Transparência e Acesso à informação > Números da LAI.



TIPOS DE SOLICITANTES	
Advogado	04
Agente Político	--
Estudante	06
Jornalista	06
Membro do Controle Interno	--
Não informado	07
Outros	14
Representante de Instituição	08
Servidor Público	13

Fonte: Portal do TCE-RS (www.tce.rs.gov.br). Transparência e Acesso à informação > Números da LAI.

8.4 – Consultoria Técnica

Informações e Pareceres por escrito:

Saldo em 01/01/2019	10
Expedientes recebidos	65
Expedientes expedidos	62
Saldo em 31/03/2019	13

Fonte: X:\DG\CT\sec\Relatórios; e controles internos.

Consultas Diversas

Tipo	Número
Consultas realizadas por telefone por entes jurisdicionados	329
Consultas realizadas por telefone por entes não jurisdicionados	30
Consultas realizadas pessoalmente por entes jurisdicionados	47
Consultas realizadas pessoalmente por entes não jurisdicionados	05
Consultas realizadas por setores do TCE	35
Consultas efetuadas por escrito com resposta expedida (Triagens)	08
Processo (Informação)	03
Pareceres CT (Individuais e Coletivos)	03
Pareceres jurídicos (em licitação/contratos)	51
Demandas oriundas do sítio institucional do TCE na Internet – Fale Conosco	141
Consultas por e-mail	--
Notas técnicas	01
Demandas da Ouvidoria	--
Atendimento a Regionais	30
Total	683

Fonte: X:\DG\CT\sec\Relatórios; e controles internos.



Demais Atividades Desenvolvidas pela Consultoria Técnica:

1. Assessoramentos previstos no PG-TCE-0003, bem como na Resolução nº 1.028/2015 – Regimento Interno do TCE/RS.
2. Atualização e consolidação de indicadores econômicos.
3. Acompanhamento da legislação federal e da estadual atinente aos assuntos de interesse do Tribunal de Contas, em especial quanto às matérias tratadas na Consultoria.
4. Análise e seleção das informações da Consultoria Técnica aprovadas pelo Tribunal Pleno, com o propósito de manter atualizada a base informativa disponibilizada no sítio institucional do TCE-RS na Internet, no espaço da Consultoria Técnica.
5. Alimentação e atualização das informações geradas, tratadas e mantidas na *homepage*, acessada por meio do endereço eletrônico www.tce.rs.gov.br, nos termos da Instrução Normativa nº 11/2004.
6. Acompanhamento e atualização de informações relacionadas às áreas referentes às atividades-fim da Consultoria, veiculadas em meios de comunicação, informativos e em sítios institucionais.
7. Realização de estudos técnicos e participação em eventos promovidos pelo TCE-RS e por outras instituições.

9 – Direção Administrativa

A Direção Administrativa é responsável pela articulação de todas as atividades pertinentes à área administrativa e sua atuação se dá em estreita colaboração com a Direção-Geral e com a Direção de Controle e Fiscalização.

9.1 – Assessoria Administrativa

Em consonância com o Padrão Gerencial PG-DA 005, foram desenvolvidas as seguintes atividades no trimestre:



Descrição	Número
Informações Técnicas	30
Projetos de Instrução Normativa	02
Projetos de Instrução Normativa oriundos da Direção Administrativa	--
Projetos de Resolução	05
Projetos de Resolução oriundos da Direção Administrativa	01
Projetos de Lei	01
Projetos de Lei oriundos da Direção Administrativa	--
Ofícios DA-GAB	08
Despachos DA-GAB	130
Demandas oriundas da Lei de Acesso à Informação - Lei Federal nº 12.527/11	01
Demandas oriundas de reclamações trabalhistas	01
Participação em comissões/grupos de trabalho	08
Participação em reuniões/palestras/cursos	27
Circulares da Coordenação-Geral	01
Informações da Coordenação-Geral	01
Total	216

Fonte: X:\DA\ADM\priv\Rel. Trim. Ativ. DA\2019\1º trimestre; e controles internos.

10 – Atividades de Controle Externo: Direção de Controle e Fiscalização

Compete à Direção de Controle e Fiscalização articular as múltiplas atividades desenvolvidas pela Área Técnica, compreendendo a Assessoria de Sistemas de Controle Externo (ASCE), Assessoria Técnica (AT), o Centro de Gestão Estratégica de Informação para o Controle Externo (CGEX), a Supervisão de Admissões, Pensões e Inativações (SAPI), a Supervisão de Auditoria e Instrução de Contas Estaduais (SAICE), a Supervisão de Instrução de Contas Municipais (SICM), a Supervisão de Auditoria Municipal (SAM) e a Supervisão de Serviços Processuais (SSP). A seguir, a síntese das principais atividades desenvolvidas no trimestre.

10.1 – Assessoria de Sistemas de Controle Externo (ASCE)

A Assessoria de Sistemas de Controle Externo é responsável pelas atividades relacionadas à análise de negócios, em harmonia com as melhores práticas correntes de gerenciamento, de forma a propiciar o desenvolvimento de sistemas.

A criação, no final do 1º trimestre de 2019, da Assessoria de Sistemas de Controle



Externo, proporcionou o deslocamento de atividades antes sob responsabilidade da Assessoria de Gestão de Projetos de Sistemas (AGPSIS) e da Assessoria Técnica atinentes ao gerenciamento de projetos (LicitaCon, Macroprocesso e Processo Eletrônico) e de sistemas de tecnologia da informação para controle externo.

10.2 – Assessoria Técnica (AT)

A Assessoria Técnica é responsável, dentre outras, pelas seguintes atividades: assessorar o Diretor de Controle e Fiscalização na sua esfera de competência; elaborar estudos e informações envolvendo matérias afetas ao controle externo e de interesse do Tribunal de Contas; participar de auditorias e de inspeções por solicitação do Diretor de Controle e Fiscalização; promover a integração dos órgãos e unidades da DCF e, no que couber, com outros órgãos; participar de grupos de trabalho e comissões constituídos no âmbito da DCF e, por deliberação superior, com as demais unidades do Tribunal; propor Projetos de Resolução e de Instrução Normativa para matérias afetas ao controle externo e à respectiva área de atuação; e gerenciar sistemas de controle externo e projetos estratégicos.

No 1º trimestre de 2019, a Assessoria Técnica apoiou o encaminhamento e análise técnica de diversos processos e auditorias que tramitaram pela Direção, especificamente tendo produzido 23 informações sobre matérias diversas de controle externo.

Além disso, a Assessoria Técnica trabalhou no apoio às Supervisões da DCF na revisão, para fins de atualização, das Resoluções nos 1.060/2016 e 1.099/2018 e da Instrução Normativa nº 04/2018. Também esteve envolvida ativamente nos projetos estratégicos e grupos de trabalho acerca da “Responsabilização de Agentes Públicos”, “Repriorização das Ações da DCF” e “Tomadas de Contas Especiais”.

Ainda, cabe registrar que a Assessoria Técnica concentrou as demandas da DCF para Supervisão de Informática, e realizou diversas atividades de gerenciamento de projetos e sistemas de tecnologia da informação para controle externo, até a criação da Assessoria de Sistemas de Controle Externo, no final do 1º trimestre.

10.3 – Centro de Gestão Estratégica de Informação para o Controle Externo (CGEX)

O Centro de Gestão Estratégica de Informação para o Controle Externo (CGEX), órgão integrante da Direção de Controle e Fiscalização, conforme Resolução nº 1.021/2014,



tem por objetivo impulsionar a utilização da tecnologia da informação como elemento auxiliar aos Serviços de Auditoria, de forma a tornar dinâmicas e tempestivas as fiscalizações e os monitoramentos das ações governamentais de seus órgãos e entidades jurisdicionados.

O CGEX, além das diversas iniciativas voltadas à assinatura de termos de cooperação com órgãos e entidades de Estado, vem auxiliando os Serviços de Auditoria no que se refere à utilização de ferramentas de informática que apoiam as auditorias das esferas estadual e municipal. Também realizou verificações, a partir de demandas da Ouvidoria, fornecendo informes para a área técnica, além de desenvolver e dar manutenção ao Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas (SIAPC).

Destacam-se, a seguir, os resultados alcançados com os atendimentos técnicos realizados:

ATENDIMENTOS TÉCNICOS	Número
Atendimentos do Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas (SIAPC)	232
Atendimentos a Serviços de Auditoria (subsídios à auditoria)	35
Atendimentos a outros setores da casa (Presidência, Gabinetes de Conselheiros, Direção-Geral, Direção de Controle e Fiscalização e Assessoria Técnica)	07
Atendimentos em apoio à utilização de ferramentas de tecnologia da informação (incluindo BI-Auditoria)	34
Atendimentos e consultas de órgãos parceiros	02
Elaboração de informações (subsídios à auditoria)	07
Atividades de representação (Rede de Controle e Rede InfoContas)	--
Participação em Auditorias e Inspeções	--
Palestras em eventos e treinamentos internos (horas-auditor)	08
Participação em Grupos de Trabalho (grupo x auditor)	--
Total	325

Fonte: Sistema de abertura de chamados e controle internos do setor.

10.4 – Supervisão de Admissões, Pensões e Inativações – SAPI

A Supervisão de Admissões, Pensões e Inativações é composta pelo Serviço de Inativações e Pensões da Área Municipal (SIPAM), Serviço de Inativações e Pensões da Área Estadual (SIPAE) e pelo Serviço de Admissões Estaduais e Municipais (SAEM).

A SAPI, no decorrer do trimestre, apresentou os seguintes resultados:



ASSUNTO	Nº PROCESSOS
Inativações e Pensões	
Inativação	3.334
Transferência para reserva	170
Reforma	43
Complementação de proventos	24
Revisão de proventos	29
Pensão	115
Revisão de pensão	04
Complementação de pensão	02
Outros (ação judicial/procs. outros órgãos/Unif. Jur.)	01
Subtotal	3.722

Auditoria de Admissão e Auditoria de Atos Derivados de Pessoal	
Subtotal	102
ASSUNTO	Nº PROCESSOS
Recurso de embargos	22
Recurso de reconsideração	--
Embargos declaratórios	--
Agravo regimental	--
Pedido de revisão	04
Subtotal	26
Total de Processos Analisados	3.850

Fonte: Sistemas Corporativos, módulo CIP0099.

10.5 – Supervisão de Auditoria e Instrução de Contas Estaduais - SAICE

A Supervisão de Auditoria e Instrução de Contas Estaduais é composta pelos seguintes serviços: Serviços de Auditoria Estadual I, II e III, Serviço de Instrução do Parecer Prévio e Acompanhamento da Gestão Fiscal - SAIPAG e Serviço de Instrução Estadual - SIES.

A SAICE, no exercício das atividades relacionadas com a atividade-fim do Tribunal de Contas do Estado, no decorrer do trimestre, apresentou os seguintes resultados:



Assunto	Número
Processo de contas (análise, consolidação e outros) – SIES	34
Inspeção especial/ inspeção extraordinária (análise, consolidação e outros) – SIES	11
Tomada de Contas Especial – SIES	15
Recurso de reconsideração e pedido de revisão – SIES	04
Sindicância Patrimonial - SIES	06
Recurso de reconsideração, contas de governo – SAIPAG	00
Auditorias operacionais, informações – SAIPAG	01
Auditorias de projetos cofinanciados por organismos internacionais – SAIPAG	02
Instruções técnicas de contas de gestão fiscal – SAIPAG	06
Instruções técnicas de contas de governo – SAIPAG	01
Auditorias, inspeções, informações e diligências – SAE – I	37
Auditorias, inspeções, informações e diligências – SAE – II	15
Auditorias, inspeções, informações e diligências – SAE – III	18
Total	150

Fonte: Sistemas Corporativos, módulos CIP0108, AUD0180, AUD0200, AUD0080, CIP0040; RES0220, DOC1030, Mesa de Trabalho (Processo Eletrônico) e controles internos dos Serviços de Auditoria, p. ex., SIRAC.

10.6 – Supervisão de Instrução de Contas Municipais – SICM

A Supervisão de Instrução de Contas Municipais - SICM é constituída pelos Serviços de Instrução Municipal I e II e pelo Serviço de Acompanhamento de Gestão - SAG, tendo desenvolvido as seguintes atividades no trimestre:

Tipo de Processo – Atividade	Número
Relatório Geral de Contas de Gestão Legislativo/Entidades	175
Relatório de Contas de Governo	109
Análise de esclarecimentos de Contas de Governo e Contas de Gestão	329
Instrução técnica de inspeções especiais, de inspeções extraordinárias, de denúncias, de tomada de contas especiais, de infrações administrativas e de representações do ministério público junto ao TCE-RS.	58
Instrução técnica de recursos	92
Instrução técnica de gestão fiscal legislativos, de certidões e retificações de certidões.	2.052
Total	2.815

Fonte: Sistemas Corporativos, módulos CIP0108 e CIP 0099, Sistema de Gestão (SE Suíte) e controles internos da Supervisão.



10.7 – Supervisão de Auditoria Municipal - SAM

A Supervisão de Auditoria Municipal é composta pelo Serviço de Auditoria de Porto Alegre, pelos Serviços de Auditoria da Região de Porto Alegre I e II, por nove Serviços Regionais de Auditoria e pelo Serviço de Apoio e Suporte Operacional e Técnico.

Os resultados dos Serviços de Auditoria relacionados aos Processos de Contas de Gestão, Processos de Auditoria de Admissão, Processos de Auditoria de Atos Administrativos Derivados de Pessoal e Processos de Inspeção Especial e Extraordinária alcançaram os seguintes resultados no trimestre:

Serviços de Auditoria	Nº de Auditorias
SPA - Serviço de Auditoria de Porto Alegre	08
SRPA I - Serviço de Auditoria da Região de Porto Alegre I	10
SRPA II - Serviço de Auditoria da Região de Porto Alegre II	15
SRCS - Serv. Reg. de Auditoria de Caxias do Sul	25
SREC - Serv. Reg. de Auditoria de Erechim	39
SRFW - Serv. Reg. de Auditoria de Frederico Westphalen	21
SRPF - Serv. Reg. de Auditoria de Passo Fundo	09
SRPL - Serv. Reg. de Auditoria de Pelotas	20
SRSA - Serv. Reg. de Auditoria de Santo Ângelo	57
SRSC - Serv. Reg. de Auditoria de Santa Cruz do Sul	19
SRS� - Serv. Reg. de Auditoria de Santana do Livramento	14
SRSM - Serv. Reg. de Auditoria de Santa Maria	32
Total	269

Fonte: Qlik Sense: Auditorias/Métricas (início planej/término relat)

Os atendimentos prestados pelos Serviços Regionais de Auditoria aos jurisdicionados atingiram os seguintes resultados, no trimestre:



Serviços Regionais	Atendimentos Técnicos
SRCS	24
SREC	143
SRFW	29
SRPF	24
SRPL	31
SRSA	17
SRSC	53
SRSL	07
SRSM	105
Total	433

Fonte: SAS0140 – Gráfico de Acompanhamento.

10.8 – Supervisão de Serviços Processuais - SSP

A Supervisão de Serviços Processuais tem por objetivo principal a racionalização dos fluxos administrativos, para conferir maior celeridade e eficiência ao trâmite processual, relevante aspecto de apoio operacional prestado aos Magistrados na consecução de suas atividades jurisdicionais. A organização da Supervisão obedece ao critério da etapa da tramitação processual, considerando seu início, meio e fim, sendo composta pelos seguintes serviços: Serviço de Recebimento, Autuação e Expedição de Documentos - SEDOC, Serviço de Controle Processual e Operacional - SEPROC e o Serviço de Cálculo, Saneamento e Acompanhamento de Decisões - SEADE.

O Serviço de Recebimento, Autuação e Expedição de Documentos - SEDOC apresentou, no trimestre, os resultados a seguir.

Atendimentos aos jurisdicionados e demais interessados, prestados pelo Setor de Atendimento Processual - SATE:

Atendimentos			
Telefônicos	Portal (SAS)	Presencial	Total
2.845	732	61	3.638

Fonte: SAS – Administrar.

Movimentações de processos e documentos no âmbito dos setores de Protocolização



e Expedição – SPE - e Autuação de Processos - SEAUT:

Atividade	Quantidade
Recebimento e remessa de documentos	1.234
Conferência de protocolos eletrônicos	796
Entrada e saída de processos do TCE	1.998
Expedição de correspondências	1.925
Processos cadastrados	5.824
Processos distribuídos e redistribuídos	5.825
Total	17.602

Fonte: Sistemas Corporativos, módulos CIP, PRO e DPC.

O Serviço de Controle Processual e Operacional - SEPROC apresentou, no trimestre, a seguinte movimentação de processos:

Assunto	Nº de Processos
Administrativo	01
Agravo	38
Análise Evol. Patrimonial de Agente Público	01
Auditoria de Admissão	964
Auditoria Operacional	04
Auditoria de Atos Derivados de Pessoal	149
Complementação de Proventos	125
Consulta	02
Contas de Gestão	1.384
Contas de Governo	445
Denúncia	76
Documentos para Tomada de Contas	02
Estágio Probatório	02
Embargos de Declaração	23
Inativação	15.071
Infração Administrativa	06
Inspeção Especial	162
Inspeção Extraordinária	36
Pedido de Revisão	27
Pensão	463
Processo de Contas - Executivo	18
Processo de Contas - Outros	39
Processo de Outros Órgãos	02



Assunto	Nº de Processos
Recurso de Embargos	237
Recurso de Reconsideração	26
Reforma	181
Representação do MPC	23
Retificação de Certidão	02
Revisão de Pensão	19
Revisão de Proventos	331
Tomada de Contas	08
Tomada de Contas Especial	57
Transferência para a Reserva	707
Total de Processos Tramitados	20.631

Fonte: Sistemas Corporativos, módulo CIP 0099.

O Setor de Cálculo e de Certidões - SECALC, vinculado ao SEADE, é responsável, dentre outras atividades, pelo controle das Certidões de Decisão - Títulos Executivos extraídos em decorrência das decisões proferidas pelos órgãos julgadores do Tribunal, tendo apresentado, no trimestre, os seguintes resultados:

Descrição	Número
Extração de Certidões de Decisão - Títulos Executivos	95
Averbações	937
Atualização de valores de multa e/ou débito antes da emissão da Certidão de Decisão - Título Executivo (nº de solicitações)	110
Total	1.142

Fonte: Livro de Certidões Web (Sistemas Corporativos) e Abertura de Chamados (Portal).